



# Anais da Assembléia

N.º 26

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 31 DE MARÇO DE 1977

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados: David Federmann, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, Lineu Turra e Otássio Pereira (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, com a palavra o Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente, o Sr. 1º Secretário não se encontra na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Eminente Deputado, a Presidência providenciará.

O Sr. 2º Secretário lerá a ata da sessão anterior.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Lê a ata).

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, parece que, data vênica, não há quorum regimental.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência solicita ao Sr. 1º Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de quorum regimental.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Quando pedido, como foi hoje, a chamada nominal para verificação de quorum, eu pediria a V. Exa. que, uma vez atingido o quorum para o prosseguimento da sessão, para o funcionamento da sessão, já que não se trata de votação, que seja suspensa a chamada. Uma vez que se consta a presença de 18 Srs. Deputados, há quorum para instalação da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência levará em consideração a questão de ordem de V. Exa., e solicita que as futuras chamadas nominais, constatado o quorum regimental para prosseguimento da sessão, se interrompa ao atingir-

se o quorum necessário.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, não me parece justo o que propõe o eminente Deputado Paulo Camargo, porque a lista de presença está impressa em ordem alfabética. Os últimos Deputados, mesmo que não estejam presentes, neste caso, seriam beneficiados em detrimento de outros Deputados que estão entre os primeiros nomes. Parece-me que este critério não seria justo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deseja, inicialmente, dar sua opinião.

A Presidência considerou justa a questão de ordem do Deputado Paulo Camargo, quando a chamada nominal para constatação de quorum se tratar de objeto para continuidade dos trabalhos e quando não dependerem de quorum para aprovação da Ordem do Dia. V. Exa. tem razão, eminente Deputado Trajano Bastos, que se deva constatar a presença física do Deputado quando por ocasião da deliberação do Plenário.

O Sr. 2º Secretário prosseguirá com a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de congratulações às emissoras de televisão Iguaçu e Tibagi pela iniciativa da transmissão dos trabalhos legislativos desta Casa, no dia 30 de março do corrente ano.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### JUSTIFICATIVA:

Soubes os Senhores dirigentes dos canais 4 e 11 determinar a transmissão dos trabalhos legislativos desta Assembléia, como de excepcional importância.

A inteligente e oportuna iniciativa permitiu que os paranaenses tivessem uma visão profunda dos árduos trabalhos realizados nesta Casa, sobretudo quando estão em pauta, interesses dos mais relevantes.

Pôde o Magistério tomar conhecimento dos debates que aqui se travaram quando esta Assembléia discutiu os vetos apostos pelo Senhor Governador, ao Estatuto do Magistério.

Em conjunto, as emissoras de televisão Iguaçu e Tibagi cobrem praticamente todo o Estado do Paraná e porisso, temos certeza, que os professores paranaenses, puderam acompanhar atentamente todo o trabalho desenvolvido.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer o encaminhamento de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho e General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho em nosso Estado, consultando-os sobre a viabilidade de instalação de uma Sub-Sede da Delegacia Regional do Trabalho, em Paranaguá, com jurisdição sobre os demais municípios do litoral.

Nosso apelo justifica-se, tendo em vista que somente a ci-

dade de Paranaguá congrega atualmente 13 entidades sindicais com milhares de associados e que, dadas as condições de trabalho exercida pela grande maioria que dedicam suas atividades em diversos ramos diretamente ligados ao Porto, encontram dificuldades quando necessitam se locomover a esta Capital em busca de assistência trabalhista, bem como tais deslocamentos tornam-se onerosas.

Nestas condições, com a criação de uma Sub-Delegacia naquela cidade, os trabalhadores seriam grandemente beneficiados, porquanto teriam um órgão de orientação e assistência trabalhista mais direta, benefício esse que seria extensivo aos demais trabalhadores das cidades litorâneas.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1977.

(a) NELSON BUFFARA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho hoje a esta tribuna, motivado principalmente por um expediente que acabamos de receber da Associação dos Engenheiros de Maringá. Entretanto, Sr. Presidente, entendemos que este expediente a nós dirigido, não visa especialmente a pessoa deste Deputado, mas sim, o que ele representa no seu mandato, nas suas atribuições e na sua função. Porque ao final o ofício está assim redigido: "Ao Exmo. Sr. Renato Bernardi, DD. Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

E, como então Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, é que nós usamos da tribuna, para comunicar a esta Casa que no período de 11 de abril até 25 de abril de 1977, será realizado na cidade de Maringá, o Seminário de Planejamento Urbano, numa promoção conjunta da Associação dos Engenheiros de Maringá, da Universidade Estadual de Maringá e da Prefeitura Municipal de Maringá.

Este Seminário de Planejamento Urbano, prevê cinco palestras feitas por especialistas. A primeira delas, no dia 11 de abril, numa segunda-feira, no período das 19,30 às 22,30 horas, sob o tema: "O planejamento urbano", palestra esta a ser proferida e debates a serem dirigidos pelo Exmo. Dr. José Carlos de Figueiredo Ferraz, sem favor algum um dos maiores urbanistas da América Latina, ex-Prefeito da cidade de São Paulo. No dia 15 de abril de 1977, sexta-feira, no mesmo horário, o tema: "A SUDESUL e o Planejamento Microregional" — Palestrista, Dr. Otávio Franco Fortes. Dia 18 de abril de 1977, segunda-feira, "As tendências do Planejamento Urbano no Brasil" — Dr. Maurício Guimarães. Dia 22 de abril de 1977, sexta-feira, — "O papel das áreas verdes na ecologia urbana", professor Daltro Moro, pós-graduado no assunto, na Universidade de Maringá. E, finalmente, encerrando o Seminário de Planejamento Urbano, dia 25 de abril de 1977, "Política Urbana para o País", palestra proferida pelo Dr. Jaime Lemer, ex-Prefeito da cidade de Curitiba, ex-Coordenador da área metropolitana do Rio de Janeiro e autoridade no assunto, por demais conhecida desta Casa.

Queremos ainda dizer, que terça-feira, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente estará reunida para tomar uma posição a respeito deste Seminário. E também queremos, posteriormente, encaminhar a cada Sr. Deputado uma cópia xerografada deste ofício, para que os Srs. Deputados que se interessarem e puderem, possam participar deste Seminário, possam colaborar e contribuir com a sua experiência para o êxito desta missão a que se propõem os organizadores deste conclave.

Sabemos ainda mais, que o Norte do Paraná...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo de que dispunha esgotou-se, e lhe concede um minuto para concluir.

O SR. RENATO BERNARDI — Concluirei, Sr. Presidente.

Sabendo-se ainda mais que o Norte do Paraná apresenta

uma paisagem típica de ocupação de solo, com dois polos extremos, Londrina e Maringá, e criando-se na região uma área metropolitana de extensão horizontal, sabendo-se que no Paraná existe uma coordenadoria para a área metropolitana de Curitiba; mas conhecendo também as áreas metropolizáveis do Paraná, creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este Seminário se reveste de toda a importância e de toda oportunidade.

Transmito em nome da Associação dos Engenheiros de Maringá, da Universidade Estadual de Maringá e de sua Prefeitura Municipal, transmito o convite para o comparecimento mas, acima de tudo, para a ilustração, a capacidade, o interesse e a boa vontade dos Srs. Deputados, que, certamente, irão dar a este Seminário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece-me que denunciei, entretanto, por mim, até e presente, nada foi denunciado. Tenho certeza que, desta tribuna, pedi justiça, e injustiças estão sendo cometidas no carrear de minhas solicitações.

Se não me engano, daqui me dabati sobre funcionários que recebem e aqui não comparecem e que a imprensa deu certa publicidade: quase que de caráter nacional, qualificando-os como "funcionários fantasmas". Os fantasmas continuam aqui não vindo, e os funcionários que aqui trabalham e que trabalhavam e que prestam serviços na constância dos dias, vêm sendo injustiçados, Sr. Presidente.

Não denunciei, mas vou denunciar, inclusive porque um fantasma pediu, licença para me processar e que esta Casa deixou de apreciar. Este fantasma de porte de J.J. Abdala, continua fantasma, aqui não comparece como os outros também não estão comparecendo.

Eu quero justiça, Sr. Presidente, e não deixo por menos. Porque eu entendo que desta Casa sou um integrante, e não simplesmente, um participante. Que desta Casa e nesta Casa integro um Poder como uma das células, capaz e com direito de exigir que aqui se faça justiça.

O que se está fazendo é uma injustiça; exigindo que funcionários que aqui trabalham, assinem ponto às oito da manhã, só aqueles que aqui estiveram todos os dias. Enquanto os fantasmas, continuam evadidos. Enquanto outros que prestam serviços em outros órgãos, continuam recebendo por este Poder. Eu deixo aqui, uma advertência com o mais alto respeito; eu quero providências da Mesa Executiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deixa de responder ao Sr. Deputado Lúcio Machado. Todavia, encarece que S. Exa. identifique o funcionário que não comparecendo ou não tendo comparecido ao expediente normal da Casa, durante o mês de março, tenha porventura recebido seus vencimentos, a fim de que a Presidência possa, através da 1ª Secretaria, adotar as providências cabíveis para o caso, com a responsabilidade do chefe do setor.

O SR. LÚCIO MACHADO — Porque me ative à diligência de saber, inclusive, que um pedido sigiloso, que encaminhei a V. Exa. deixou de ter o sigilo, a partir da chegada deste pedido às suas mãos.

E não denunciarei, porque cabe a V. Exa. responder a minha denúncia, dizendo quem está prestando serviços, e quem não está prestando serviços. Eu ainda vou denunciar, este J.J. Abdala está denunciado, porque V. Exa. tem em mãos um pedido para me processar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deputado Lúcio Machado, a Presidência deve esclarecer V. Exa.: o funcionário que solicitava licença da Assembléia para processar V. Exa., o fez baseado na Constituição Estadual anterior. A Presidência

deixou de acolher sua pretensão, mandando arquivá-la; outros requerimentos do mesmo funcionário foram indeferidos pela Presidência e tiveram o caminho do Arquivo.

V. Exa. poderá conhecer do despacho da Presidência, no instante em que desejar.

A Presidência tem observado para que a integridade do Parlamentar não fosse jamais atingida, por pretensos direitos feridos pelo referido funcionário.

De outra forma, eminente Deputado, a Presidência e a Comissão Executiva adotaram providências punitivas a todos os funcionários faltosos.

E a Comissão de Sindicância foi instalada e está desenvolvendo as suas atividades; os chefes de setor, advertidos de que devem fiscalizar o ponto dos funcionários, recolhendo-o a determinada hora, riscando a presença do funcionário faltoso.

A Presidência o que deseja é tão somente a colaboração de V. Exa. no sentido de identificar possíveis desvios administrativos, para poder confirmar a V. Exa. a boa fé com que a administração está adotando as providências em função principalmente das denúncias formuladas por V. Exa.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, realmente a explanação de V. Exa. foi convincente.

Diz bem V. Exa. que a Comissão Executiva está tratando do problema com todo o respeito que merece.

Mas, entendemos, Sr. Presidente, que um problema desta monta, já deveria passar para o cuidado das bancadas, para que, através das bancadas, dos líderes da Arena e MDB, fosse tratado, eu diria até, Sr. Presidente, mais sigilosamente.

Porque entendemos que o Deputado Lúcio Machado, quando ocupou a tribuna há poucos momentos, o fez porque se acha ele, Deputado Lúcio Machado, prejudicado por um funcionário desta Casa que tenta processá-lo.

Mas, o Deputado Lúcio Machado entendeu, Sr. Presidente, os cuidados com que a Comissão Executiva vem tratando deste caso.

Porque, não é menos verdade ainda, Sr. Presidente, que se existe que não acreditamos, o "funcionário fantasma" desta Casa, os funcionários que realmente trabalham, que realmente prestam serviços desde às 7 horas, às vezes, da manhã até altas horas da noite e que poderíamos inclusive dizer, Sr. Presidente, que carregam esta Assembléia nas costas, vão ser automaticamente prejudicados, por um ato isolado de um Deputado.

E já chegou ao conhecimento deste Deputado e dos demais, que é pensamento inclusive da Comissão Executiva, de cortar 50 por cento de todos os funcionários desta Casa.

E aí, fica, Sr. Presidente, a minha repulsa contra esta decisão.

Porque aqueles que trabalham, aqueles que aqui vêm, aqueles que nos ajudam, que ajudam, os Srs. Deputados nesta Casa, não podem e não poderão, Sr. Presidente, ser prejudicados, porque também é verdade que se eles têm hoje um padrão de vida já ajustado, com aquele salário, eu diria, Sr. Presidente, o que será desses funcionários no dia de amanhã?

Então, fica aqui o meu apelo, para que se ache uma solução adequada, independente de qualquer outra atitude desta tomada hoje pelo Deputado Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deseja informar o Deputado Jurandir Messias, em caráter genérico e especial, que a Comissão Executiva, realmente, suspendeu o pagamento da gratificação por prestação de serviços extraordinários.

Mas, deseja devolver essa remuneração justa aos funcionários da estrutura deste Poder e aos indispensáveis serviços administrativos, àqueles que estão à disposição dos Srs. Deputados, em número de dois.

A providência foi adotada, exatamente, para evitar injustiça, e, receberá quem merece.

E a Presidência reafirma que é responsável pela adoção dessa medida.

Todavia, aceita denúncias de qualquer ato praticado pela Comissão Executiva que não tenha, acima de tudo, a intenção de preservar o bom nome deste Poder Legislativo e valorizar o funcionário desta Casa, à medida que esse funcionário retribuir, com seu trabalho, fazendo jus à remuneração que recebe.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado. O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, sem pretender dialogar com V. Exa., pois que isso seria a quebra de preceito regimental, devo esclarecer que o que está ocorrendo, nesta Casa, é a mais aviltante injustiça.

Funcionários que pretavam serviços quando viemos para esta Casa, continuam prestando serviços até hoje, foram vítimas de castigos, por ter havido denúncias sobre inúmeros "funcionários fantasmas", que continuam evadidos deste Poder.

Logo, pediria a V. Exa., que, como forma de clemência até, tomasse a atitude que está à altura de sua posição na Mesa Diretiva deste Poder, a fim de que se evitassem esses acontecimentos que estão a denegrir esta Casa, sobretudo a Direção deste Poder.

Porque, no nosso entendimento, os "fantasmas" deveriam ser chamados e punidos.

Mas, se castigo foi aplicado aos que aí estão, esses abnegados funcionários que estão prestando serviços a esta Casa.

Solicitamos que providências sejam tomadas, no sentido de que tais abusos não sejam cometidos e que fatos desta natureza, como vêm acontecendo, não venham denegrir este Poder.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência encerra o assunto, inicialmente, para dizer que a Comissão Executiva não adotou nenhuma medida prejudicando o funcionário que trabalha.

A Mesa, através da Primeira Secretaria, já determinou que se lavrassem as portarias consignando o pagamento, pela realização de serviços extraordinários aos funcionários que cumprem, neste Poder, dois expedientes.

E a Mesa não transigirá. É medida adotada já, sem que se tenha prejudicado qualquer funcionário, porquanto a medida que retirou a referida vantagem tem data de vigência até 31 de março, até o dia de hoje, portanto.

A Mesa terá tempo suficiente, até o próximo dia 10 de abril, para identificar, através das diferentes Diretorias e Serviços, os funcionários que, realmente, prestam serviço em dois expedientes.

A Presidência encerra o assunto, mas está em seu Gabinete à disposição do ilustrado Deputado Lúcio Machado, para identificar caso por caso.

E a Mesa não aceita também, a afirmação de que tornou público o documento sigiloso do eminente Deputado Lúcio Machado.

A Mesa, em caráter reservado, o encaminhou à Comissão de Sindicância para que adotasse as providências solicitadas por S. Exa.

A Mesa não poderia solicitar a adoção de medidas punitivas sem identificar os nomes alinhados por S. Exa., o Sr. Deputado, no documento que pretendeu que fosse sigiloso.

Mas que deixou de sê-lo no instante que a Comissão de Sindicância passou a inquirir com direito de defesa os nomes ali denunciados.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Se V. Exa. não voltar ao assunto, eu concedo a palavra, pela ordem, a V. Exa. Do contrário, solicito de V. Exa. a compreensão para discutir

com a Presidência, ou com a Primeira Secretaria, ou com a Mesa, o assunto administrativo, em qualquer dos gabinetes da Comissão Executiva.

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu apenas quero, data vênica, que V. Exa. retifique a expressão de denúncia.

Eu apenas pedi e está vazado no requerimento sigiloso, informações sobre os nomes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Ocupo a tribuna na tarde de hoje para enaltecer a figura de um dos mais ilustres homens públicos de nossa terra, que já atuou nesta Casa de Leis onde deixou a marca de sua personalidade e do seu alto espírito público e que hoje ocupa com real eficiência e notório zelo a Secretaria de Educação e Cultura, no Governo Jayme Canet Júnior.

Trata-se da pessoa do renomado Professor e Engenheiro Dr. Francisco Borsari Netto.

Ex-Deputado Estadual e figura de escôl do nosso Partido a Aliança Renovadora Nacional, onde destacou-se como Secretário Geral e membro do nosso Diretório Regional.

Falo, não só pela cidade de Pitanga e pelos municípios do Centro Oeste que tenho a honra de representar nesta Casa, mas desejo proclamar, alto e bom som, a importância do trabalho que está sendo executado pelo Secretário Borsari Netto em todas as regiões do nosso Estado, tratando de aparelhar devidamente as escolas, dotando-as de todo o material necessário, oferecendo, assim, condições excepcionais para o bem exercício da nobre tarefa de ensinar, facilitando em tudo e por tudo a tarefa dos denodados mestres que pontificam nas diferentes unidades de ensino, em todo o território paranaense.

A Secretaria de Educação e Cultura sob a direção e os cuidados do Secretário Borsari Netto, através de convênios celebrados com a FUNDEPAR e com inúmeras Prefeituras do Interior do Estado, tem ampliado salas de aula, inaugurado novas unidades escolares e procedido a reparos em centenas de outros edifícios onde funcionam grupos escolares, ginásios, escolas de aplicação, cancha de esportes e tantas outras unidades.

Além do mais, verifica-se hoje através o selecionamento do corpo docente e o cuidado que se tem em entregar a direção das escolas aos mais competentes e de reconhecida experiência no Magistério.

Que o ensino do Paraná vem atingindo os mais altos níveis, com um notável aprimoramento das diferentes matérias que compõem o currículo escolar, propiciando aos estudantes nova gama de conhecimentos que lhes servirão do amanhã, como sustentáculo imponente que lhes permitirão o acesso aos cursos superiores.

Por tudo isso entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se deva registrar nos Anais desta Casa o trabalho fecundo que o Secretário Borsari Netto vem realizando naquela Pasta, tornando-se merecedor dos nossos aplausos, do nosso respeito e da gratidão de toda a família paranaense."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveitando, ainda, alguns minutos que me restam, pretendemos voltar a esta tribuna, rapidamente, para falarmos com referência aos funcionários desta Casa.

V. Exa., Sr. Presidente, foi bastante claro e taxativo quando afirmava que, realmente, está sendo providenciado ou, já foi, o corte de 50 por cento aos funcionários que trabalham na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Mas, eu quero, Sr. Presidente, fazer um apelo, de público,

para a vossa consciência e à da Comissão Executiva, para que os menos favorecidos, os funcionários menos graduados aos funcionários mais graduados desta Casa, aqueles que realmente prestam serviços, aqueles que realmente estão aqui, da manhã à noite, prestando a sua colaboração aos Deputados; faço este pedido para que V. Exa., Sr. Presidente, entre em entendimento com os demais componentes da Comissão Executiva, Deputado Quielise Crisóstomo da Silva e Deputado Scarpelini, não sejam cortados em 50 por cento, automaticamente estaremos trazendo a esses funcionários até, um problema social, porque eu dizia, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Esta Presidência lamenta dizer a V. Exa. que o tempo que dispunha esgotou e, lhe concedo mais um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Dizia, Sr. Presidente, que não é possível que o inocente pague pelo pecador e, se hoje eles têm aquele padrão de vida que nós todos conhecemos, o que seria se eles se vissem privados, com o corte, de 50 por cento dos seus vencimentos?

Não tenho dúvidas e não terá também V. Exa. e, também, não terá nenhum dos Srs. Deputados, que estaremos, automaticamente, criando um problema social aos funcionários desta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. — (Pausa).

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No ano de 75 ocupamos esta tribuna para tecer algumas críticas sobre a administração do Teatro Guaíra, porque entendíamos de que os espetáculos públicos proporcionados por aquela casa teatral, estavam totalmente inacessíveis à grande massa dos estudantes, que são uma parcela ponderável da população curitibana e os mais aficionados pela arte dramática.

Temos observado que com o correr do tempo continuaram os espetáculos, podemos dizer até sofisticados e sempre inacessíveis, face ao elevado custo, porque são sempre na ordem de oitenta e cem cruzeiros o ingresso, tornando assim, praticamente, o teatro, coisa proibitiva para Curitiba, muito embora tenham sido feitas campanhas para o teatro popular e se tenha, é verdade, vendido ingressos a três e até a cinco cruzeiros.

O que ocorre é que o teatro também acompanha o desenvolvimento normal das coisas.

Não se pode pretender de que um espetáculo teatral proporcionado por atores da Casa, por artistas locais, desperte o mesmo interesse do que a arte que está mais em evidência, nos centros artísticos, e dos grandes artistas.

Assim como tem direito o homem que tem posses, assistir a um Milton Nascimento, tem também que ter direito a assistir a esse espetáculo, o operário simples e o estudante.

O Teatro Guaíra tem se notabilizado por ser uma das casas teatrais de mais alto custo nos ingressos.

E tenho, Sr. Presidente, em mãos informação extra oficial, que depende tão somente de confirmação, de graves irregularidades que vêm ocorrendo no Teatro Guaíra, irregularidades que chegam até a, numa só promoção do Teatro Guaíra causar o prejuízo da ordem de mais de trezentos mil cruzeiros para aquela Fundação.

Tenho, Sr. Presidente, a informação e sei de que está havendo discriminação quanto ao problema de alugar o grande auditório e mesmo dependências do Teatro Guaíra a companhias teatrais.

Sei, por exemplo, de que se cobra vinte mil cruzeiros para que uma turma de formatura de estudantes possa usar o grande auditório do Teatro Guaíra, quando, na verdade de companhias teatrais que faturam alto, são dispensadas do aluguel daquela casa teatral.

Estou encaminhando ao Exmo. Sr. Secretário de Educa-

ção e Cultura, a quem aquela Fundação está subordinada, um Pedido de Informações, vazado em vinte e oito perguntas, para que a Casa tenha uma informação detalhada de todas as irregularidades que conseguiu através de fontes idôneas, apurar.

E, para certificar-se disso, para que possamos tomar e para que o próprio Secretário de Educação e Cultura tenha em mãos elementos que o possibilitem a tomar uma reformulação da política existente dentro do Teatro Guaíra, é que estou endereçando este requerimento. Está vazado nos seguintes termos: (LÉ):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, requer, uma vez ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura — prof. Borsari Netto — o seguinte pedido de informação, referente a atos administrativos da Fundação Teatro Guaíra:

- 01 Qual o custo mensal do curso de teatro daquela fundação (números de professores, pessoal burocrata e salários)?
- 02 Quantos alunos se formaram em teatro no ano passado?
- 03 Quantas professoras foram demitidas do curso no mês de janeiro?
- 04 Se houve afastamento de professoras, os motivos tem alguma relação com a denúncia pública que fizeram, no mês de dezembro, motivada pela recusa de verba, por parte do Conselho Deliberativo e da Superintendência, para montagem do espetáculo-prova dos alunos do curso de teatro?
- 05 Qual o montante da verba solicitada?
- 06 Existem outros casos de demissão de professores por críticas públicas à atual administração do Teatro Guaíra?
- 07 Funcionários burocratas da Fundação Teatro Guaíra têm recebido, sob a alegação de "absoluta necessidade de serviço", até 150 horas-extras, mensalmente?
- 08 A Fundação pagou recentemente a importância de Cr\$ 4.000,00 por serviços de datilografia de "textos a serem usados no Curso Permanente de Teatro"?
- 09 A pessoa beneficiada e que assinou o recibo era datilógrafa habilitada?
- 10 É costume no serviço público daquela Fundação de contratar tal tipo de trabalho?
- 11 Quanto a Fundação pagou em cruzeiros, a uma companhia argentina por duas apresentações da ópera "O matrimônio secreto"?
- 12 Qual foi o bordorô resultante destas duas exibições?
- 13 Através da Resolução 43/77 o Conselho Deliberativo da Fundação Teatro Guaíra autorizou o pagamento de cruzeiros 100.000 por 3 apresentações de um grupo de ballet do Taiti, no mês de junho.  
Existe uma previsão de equilíbrio entre despesa e receita? No caso de prejuízos quem arcará com todo custo do espetáculo?
- 14 Há um critério de se negar auxílio a grupos locais e de se agir com prodigalidade com grupos exóticos vindos do exterior?
- 15 O quarteto Guaíra constituído por músicos residentes em outros estados quando foi constituído, quanto já recebeu até a presente data, em salários, cachets, passagens aéreas e hospedagens?
- 16 Quantas apresentações realizou até hoje? Quem são seus integrantes e qual o vínculo que possuem com a Fundação?
- 17 Existem motoristas contratados pela Fundação para prestarem serviços na carpintaria do Teatro?
- 18 Motoristas da Fundação foram forçados a pedir demissão por terem se recusado a prestar serviços particulares para diretores, fora de horário de expediente e utilizando os carros oficiais?
- 19 Existe no Conselho Deliberativo da Fundação Teatro

Guaíra algum conselheiro com mandato vencido?

- 20 Em caso positivo, o fato não torna ilegal todas as deliberações do citado conselho?
- 21 Nos últimos 24 meses quais as Companhias que tiveram isenção de taxas do teatro e quais as que pagaram e quanto pagaram?
- 22 Qual a importância que a Fundação descontava, per capita, de seus funcionários para cumprir o contrato coletivo de assistência médica que mantinha, até recentemente, com a Clisama?
- 23 Qual o total do contrato com a Clisama?
- 24 Recindido o contrato com a Clisama quanto a Fundação passou a pagar, mensalmente, para a Clínica—Hauer?
- 25 Os funcionários da Fundação continuam pagando parte da despesa?
- 26 É necessário para a Fundação manter contrato de assistência médica-hospitalar com empresas privadas, tendo em vista a existência do INPS?
- 27 Quantas passagens aéreas expediu a superintendência no ano que passou? Especificadas.
- 28 Qual a taxa de aluguel que a Fundação cobra para locar o grande auditório do Teatro Guaíra, para os diversos tipos de espetáculos, por exemplo:
  - a) Festas de formatura.
  - b) Grupos folclóricos.
  - c) Milton Nascimento.
  - d) Divaldo Franco.
  - e) Kojak?

Sala das Sessões, em 31 de março de 1977

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

Em 07/10/75, pedíamos ao Exmo. Sr. Secretário da Educação, interferência junto à administração do Teatro Guaíra, pela exorbitância dos preços cobrados.

Tentativa neste sentido foi feita e não se atingiu o objetivo.

A verdade é que a atual administração do Teatro e os critérios adotados pela Fundação, não podem mais prosperar, porque antes de melhorarem a instituição, criam embaraços ao desenvolvimento da arte dramática.

Temos informações de sérias irregularidades ocorridas naquela Fundação e para que fiquem cabalmente comprovadas, acionamos a autoridade hierárquica do Exmo. Sr. Secretário da Educação a fim de que possa, inclusive S. Exa., tomar as medidas cabíveis.

O pedido de informação visa esclarecer denúncias já registradas até na imprensa e que estão a exigir um pronunciamento imediato da SEC, pois além de pesado ônus financeiros aos cofres públicos, a ineficiência da administração chega aos limites de pagarem elevado número de horas extras a funcionários, patrocinar espetáculos caríssimos não acessíveis ao grande público e com vultuosos prejuízos, bem como participar do Conselho Deliberativo, Conselheiro com mandato vencido."

Sr. Presidente. Deixo de ler as demais perguntas, que são todas no sentido de trazer à Casa, conhecimento sobre os atos administrativos da Superintendência e do Conselho Deliberativo daquela Fundação, esclarecendo apenas uma das perguntas.

Refere-se especificamente a uma grave irregularidade a qual seja.

A pergunta 19:

"Existe no Conselho Deliberativo da Fundação Teatro Guaíra, algum conselheiro com mandato vencido?"

Devo avisar à Casa, que existe. Existe há mais de ano e o Conselho, assim mesmo, vem funcionando.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Existem algumas pessoas que renegam o seu passado e outras que, às vezes, querem de qualquer forma esconder aquilo que foram em épocas pretéritas.

Eu todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, penso de forma diferente.

Se há duas das quais não só me orgulho mas, sobretudo delas me ufano, são uma delas a de ter conseguido um dia, concluir um curso de Direito, ser declarado Bacharel e exercer uma profissão indiscutivelmente nobre, que é a do advogado.

Já bastaria isto para que eu, no momento de estertor da morte, me entendesse justificado pelo simples fato de ter nascido.

Porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fui mais além, eu consegui, o que poucos conseguiram: eu cheguei a uma posição que poucos chegaram.

E esta é a segunda coisa na vida de que me ufano: eu sou, Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionário da Assembléia Legislativa.

E disso tenho orgulho; e isso jamais escondi; e por essa razão ocupo hoje esta tribuna para dizer que, quando se debate aqui, questões relativas aos servidores da Assembléia Legislativa, quer queira, quer não, eu estou profundamente envolvido.

Todo e qualquer conceito que se emita sobre o funcionário da Assembléia me atinge.

De sorte que se o conceito for bom, eu me sentirei bem.

Mas, por outro lado, se o conceito for ruim, eu me vejo na obrigação de sair da minha situação de deputado estadual e retornar às origens, para dizer que está se cometendo um grande erro.

E hoje, mais uma vez vejo que a história se repete.

Já se vão quase mais de 600 anos Idade Medieval.

Todos nós conhecemos, e quem não conhece tem a obrigação de saber que nesta época, obscurantista por excelência, o indivíduo sofreu porque sequer tinha o direito de pensar; quanto mais tinha o direito de ser alguma coisa.

E aqueles que pensavam e aqueles que queriam ser, enfrentavam um processo que se tornou famoso e que teve o título pomposo de "Inquisição".

E nos tempos modernos, chegando aos dias de hoje onde a humanidade procura a todo custo, quase que querendo arrancar as páginas da História, esconder que um dia o homem foi igual ao ser irracional, nós aqui nesta Assembléia estamos fazendo, com os seus servidores a mesmíssima coisa.

Ao invés de óleo fervente, ao invés do poço de 120 metros, nós trocamos estas características da pena capital, por uma outra que na verdade se iguala: é a imputação que se faz ao servidor em geral; de que eles não sabem, não cumprem, o seu dever.

E o mais grave dessas acusações é que isso implica em afirmar que cada funcionário não é solidário com o Poder a que serve.

E aí reside o grande engano.

Porque a solidariedade de cada servidor é conhecida e testemunhada.

Desde 1947, quando houve a reorganização democrática do País e esta Assembléia começou a funcionar novamente, quantos foram os servidores que por aqui prestando relevantes serviços desde então?

Quantas crises enfrentou a Assembléia e seus Deputados?

Mas sempre tendo a seu lado, os seus servidores, dispostos a tudo e capazes de enfrentar o sacrifício da própria vida.

Há aqueles que desconhecem o que enfrentou esta Casa, em 1969 - e eu bem sei, porque daqui era servidor à época, esta Casa foi vasculhada a fundo.

Servidores foram examinados, um a um, até em suas medidas biométricas.

E, enquanto outras Assembléias tiveram seu recesso decretado, a nossa se manteve intangível, tendo o povo do Paraná a continuidade de sua representação.

E isso não se deve apenas, e tão somente, a dignidade dos Deputados que por aqui já passaram.

Deve a Assembléia do Paraná, a circunstância de permanecer sobranceira até hoje, aos seus servidores.

Eles são fantasmas, e isso acredito.

Porque, o trabalho deles não aparece; porque estas luzes se acendem por um fantasma; porque o som dos microfones chega aos alto-falantes por um toque de um fantasma; se a correspondência é expedida também o é por um toque de fantasma.

Por isso, Sr. Presidente, apelo a V. Exa. que conhece melhor do que ninguém esta Assembléia Legislativa para que cesse a inquisição e voltemos à época das luzes.

Era só, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, no Grande Expediente. (Declina). Nelson Buffara (Ausente). Valter Pietrângelo (Declina). Osvaldo Macedo, (Ausente). Edilson Alencar, (Ausente). Fidelcino Tolentino, (Declina). Lúcio Machado, (Declina). Antônio Facci, (Declina). Renato Bernardi, (Declina).

A Presidência, antes de encerrar a Hora do Expediente, sem querer prejudicar a ordem dos trabalhos e levando em alta consideração as palavras proferidas pelo eminente Deputado Accioly Neto e reafirmando o respeito que a Mesa tem pelos Srs. Deputados e pelos funcionários desta Casa, deseja, imediatamente, poder contar com a aquiescência do MDB e ARENA para que, ao término desta sessão, pudéssemos nos reunir, a nível da bancada, no pequeno auditório, no térreo deste plenário, para focalizarmos o problema em tela.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 139/76, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS da cidade de Marechal Rondon. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Encerrada a discussão.— Em votação.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Eu pediria a V. Exa. que autorizasse a chamada nominal dos Srs. Deputados, porque me parece que no Plenário não há quorum para votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere o pedido do Sr. Deputado Domício Scaramella. Solicito ao Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados )

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — responderam a chamada 40 Srs. Deputados. Há quorum regimental. Em votação o Projeto de Lei 139/76. **Aprovado.**

A Presidência registra, com satisfação, a presença neste Plenário, do Sr. Vereador Paulo de Lazari, do município de Colorado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo,



constante do expediente, solicitando voto de congratulações às emissoras de Televisão Iguaçu e Tibagi, pela iniciativa da transmissão dos trabalhos legislativos desta Casa, no dia 30 do corrente.— Em discussão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pela ordem, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já no início da sessão, eu confabulei com o Deputado Enéas Faria que me informou haver proposto matéria com o mesmo objetivo e, nós pretendíamos, então, incorporarmos...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa a V. Exa. que não tem, sobre a mesa, nenhum requerimento do Deputado Enéas Faria, neste sentido.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Bem, Sr. Presidente, não posso...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa que S. Exa. também não estava inscrito no Pequeno ou Grande Expediente e também não solicitou a palavra para encaminhamento...

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, eu agradeço a atenção de V. Exa. e, apenas, só estranho esse desaparecimento misterioso da proposição do Deputado Enéas Faria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não apresentou, portanto, não podia ter desaparecido.

Falta, tão somente, que os Srs. Deputados denominem os requerimentos, de fantasmas deste Plenário.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro do Trabalho e Delegado Regional do Trabalho, consultando-os sobre a viabilidade de instalação de um Sub-sede da Delegacia Regional do Trabalho em Paranaguá, com jurisdição sobre os demais municípios do litoral.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, referente a atos administrativos da Fundação Teatro Guaíra.

A Presidência consulta S. Exa. o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, se deseja que a Presidência determine a leitura dos tópicos que não fora possível, dada a exiguidade de tempo, dar conhecimento da tribuna.

O SR. NILSO SGUAREZI — Deixo a critério de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo...

A Presidência deve uma satisfação pública ao Deputado Enéas Faria. Como quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, encontrava-se o Sr. Deputado Antônio Facci. S. Exa. o Deputado Antônio Facci declinou do direito de usar da palavra e solicitou inscrevesse, em seu lugar, o Deputado Enéas Faria.

A Presidência confessa, fez uma anotação à margem das inscrições e não chamou o eminente Deputado Enéas Faria. A Presidência deve e pede desculpas a S. Exa. o Sr. Deputado Enéas Faria.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, na forma do art. 150 do Regimento Interno, solicitando seja oficiado à Secretaria de Educação e Cultura e FUNDEPAR, sugerindo objetividade e criteriosidade na planificação para implantação de unidades escolares. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Temos em mãos o requerimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo, que se reporta ao fato de que o Governo do Estado do Paraná ter obtido recursos externos ao Estado para a construção de 1950 salas de aula. E, na súmula do seu requerimento, o nobre Deputado Valter Pietrângelo requer, entre outras condições, que a FUNDEPAR e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado se atenham a normas de objetividade, de criteriosidade na planificação para implantação de unidades escolares no Estado.

Assim sendo, requeiro a esta Mesa que seja encaminhado a esse requerimento uma emenda que nós fazemos, com o objetivo evidente de se conseguir o que o nobre Deputado Valter Pietrângelo pede exatamente na súmula do seu requerimento: objetividade.

Mais adiante o nobre Deputado requerente, finaliza o seu requerimento enfocando a área metropolitana de Maringá, encarecendo a necessidade de trezentas salas de aula para abrigar cinco mil crianças, sofrendo com o alheamento do Estado, assistindo irracional implantação de prédios escolares suntuosos até, de compleições e amplitude que destoam com as áreas beneficiadas, mas que não são objeto do carinho do detentor do mando político. E no corpo e no bojo do requerimento, o nobre Deputado autor desta proposição, enfoca Sr. Presidente, Srs. Deputados, um problema que vem hoje se agravando em todo o Brasil, mas especialmente no nosso Estado do Paraná, no Norte do nosso Estado; a área que foi desbravada com o plantio de cafezais, cultura esta que necessita de abundante e custosa mão-de-obra, mas que à medida que este Estado vai se pecuarizando esta mão-de-obra abundante na zona rural, vai deixando os campos e procurando as cidades polos de região. E à medida também em que dezenas de milhares de alqueires de terras são destocados e são mecanizados, da mesma forma, as populações rurais abandonam os campos e procuram os centros micro-regionais, à procura de emprego, à procura de aplicação da sua mão-de-obra ociosa. E já por demais foi debatido nesta Casa, e não talvez o suficientemente, o problema do verdadeiro exército de "bóias-frias" que estão a enfeitar as áreas periféricas e marginais das nossas cidades.

E observamos no eixo Londrina-Maringá, o que nós já podemos chamar hoje, de área metropolitana em extensão linear, e se nós pedimos, endossando o requerimento do Deputado Valter Pietrângelo, se nós pedimos critério de objetividade na planificação de distribuição dessas salas, é necessário também se entender claramente, a panorâmica urbana do Estado do Paraná.

Tem o aparte o Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Nobre Deputado.

Em primeiro lugar, é uma honra apartear-lo, professor e Deputado Renato Bernardi, que vem a esta Casa, engrandecer o nosso grandioso povo de Maringá e região. Sr. Deputado, eu discordo de certa forma, do requerimento apresentado. Em primeiro lugar, porque se o requerimento como foi lido na Hora do Expediente, é propondo que se adote medidas objetivas e racionais para a implantação das salas de aula, que vieram para o Paraná, por uma verba especial, evidentemente, Sr. Deputado Renato Bernardi, que é professor também, homem que já exerceu o cargo de Secretário de Educação do Município de Maringá, que foi feita uma planificação criteriosa, racional para que se pudesse obter esse recurso para a construção destas salas. Acho válido e apoio, que nós, no caso representantes de Maringá, que possamos esclarecer e pedir maior aquinhamento destas salas para nossa região, para a nossa cidade em especial.

Mas daí, a nós, como um poder, pedirmos ao Executivo em especial, à Secretaria de Educação e Cultura, que faça isso com critério, seria um contrasenso desta Casa, porque para con-

seguir esta verba, evidentemente, obviamente, foi feito planejamento minucioso para que ela pudesse realmente ser concedida para essa cotações.

Válido, e tem o meu apoio, tanto o Sr. Deputado Valter Pietrângelo como V. Exa. que discute a matéria, tem o meu apoio, com relação a nós pedirmos, enfatizarmos este pedido, para que Maringá receba como merece e como deve receber uma maior participação destas 1.900 salas de aulas, ou um pouco mais. Porque realmente, nosso problema educacional de Maringá, é um dos mais graves do Estado, por ser uma cidade polo e que abrigamos o problema de toda região noroeste do Paraná.

Por isso, Deputado, é um prazer vê-lo novamente na tribuna, falando em defesa do nosso grandioso povo de Maringá.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de V. Exa. e, em resposta a ele, devo dizer que é uma honra receber um aparte de um homem voltado aos problemas da Educação, como sempre V. Exa. o foi, na sua vida pública de Maringá, onde também desempenhou as funções de Secretário de Educação e Cultura do nosso município e depois honrou Maringá, como Secretário de Estado para os problemas da Educação e Cultura.

Entretanto devo dizer a V. Exa. que no decorrer da exposição do Deputado Valter Pietrângelo, V. Exa. terá o arrazoado dos motivos que levaram o autor a propor a presente proposição.

Entretanto, como dizia, dentro da panorâmica urbana, do Norte do Paraná, nós observamos que áreas anteriormente ocupadas por lavouras cafeiras, hoje, têm a sua zona rural esvaziada. E conseqüentemente têm também o seu núcleo urbano, totalmente esvaziado. Mas, se de um lado nós observamos o esvaziamento urbano, por uma diferente ocupação do solo em áreas municipais específicas, vemos também o estrangulamento do espaço urbano em algumas cidades do interior do Paraná, que se metropolizam rápida e assustadoramente.

E ainda lembro a esta Casa, a necessidade que os órgãos de planejamento deste Estado têm, de prever os problemas em termos de futuro, a curto, a médio e a longo prazo, e não apenas corrigir situações que já vêm distorcidas e situações angustiantes e aflitivas para o nosso povo. Assim mostra o exemplo da Coordenadoria da Área Metropolitana de Curitiba, que hoje tenta, através do seu planejamento, corrigir a má ocupação do solo, na área da grande Curitiba.

Observamos, por outro lado, cidades como Londrina, cidades como Maringá, como Ponta Grossa, como Guarapuava, como Apucarana, como Umuarama, que estão se tornando metrópoles regionais e, entretanto não mereceram deste Governo Estadual, dos seus órgãos de planejamento, qualquer estudo para a área metropolizada. E assim, os vales dos rios suburbanos, dessas cidades, estão sendo verdadeiramente dilapidados, sem qualquer respeito à proteção ao meio ambiente, sem qualquer respeito aos ditames básicos da ecologia. E como isto acontece na ocupação do solo urbano, também a educação não merece por parte das autoridades, o devido critério, o devido cuidado, tendo portanto, razões sobejas e plenas, o Deputado autor, ao propor este requerimento.

Mas quando, Sr. Presidente, pretendo encaminhar uma emenda aditiva ao requerimento do Deputado Valter Pietrângelo, desejo apenas desta tribuna enriquecer o seu requerimento e dar a este Deputado, não só na condição talvez de ex-Secretário de Educação do município de Maringá, mas acima de tudo, como homem representante daquela região e interessado nos problemas sócio-econômicos da nossa região, apresentar talvez um primeiro esboço, para o critério e para a objetividade que se pretende, se o Deputado Valter Pietrângelo da área metropolitana de Maringá afirma com precisão e

razão, fala em 5 mil crianças em idade escolar, sem escola. Acho ainda que os seus números são modestos, porque se a faixa etária de 7 a 14 anos, constitui, por preceito constitucional, ocupação de escolas, em termos obrigatórios e gratuitos, vamos observar que na nossa área deve haver mais de 5 mil crianças nessa faixa etária, distantes das escolas de primeiro grau. Mas, pedimos 300 salas de aula.

Nesta emenda então, propomos a seguinte distribuição: (Lê):

#### “EMENDA ADITIVA

Que as 300 (trezentas) salas de aulas reivindicadas para a região metropolitana de Maringá, tenham a seguinte destinação: 20 salas para a vila Santa Isabel, em Maringá; 20 salas para a vila Jardim Kosmos e 138, em Maringá; 20 salas para a vila Zona Cinco (Núcleos Populares), em Maringá; 20 salas para a região da Estrada Borba Gato, em Maringá; 10 salas para a vila Esperança, em Maringá; 10 salas para a vila Santo Antônio, em Maringá; 20 salas para a vila Jardim Alvorada (setor Noroeste), em Maringá; 30 salas para as vilas: Jardim Independência, Jardim América e Jardim da Glória, em Maringá; 20 salas para o município de Paissandu; 20 salas para o distrito de Sarandi (setor Norte), em Marialva; 15 salas para o distrito de Sarandi (setor Sul), em Marialva; 15 salas para a vila Cidade Nova, em Maringá; 20 salas para o município de Marialva (sede); 20 salas para o município de Mandaguçu; 10 salas para o município de Itambé; 10 salas para o município de Floresta; e, 10 salas para o município de Doutor Camargo. Sala das Sessões, em 31 de março de 1977”.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, nobre Deputado, estou muito grato pela sua participação, muito brilhante, nesta matéria que estou propondo.

Com relação à participação do ilustre Deputado Gabriel Sampaio, também agradecemos e pretendemos prestar o seguinte esclarecimento: para essa matéria aí, pedimos, inclusive, uma certa reverência da Assembléia para com nossas autoridades federais e estaduais, por esse esforço que visa dar ao Estado mais de 1.950 salas de aulas.

Em seguida, manifestamos nossa preocupação porque, é claro e evidente, que no Estado do Paraná, sofre a administração pública a falta de informações. E a Secretaria de Educação e Cultura tem realmente feito uma implantação física da rede escolar com a falta de critérios que merecem realmente a nossa crítica.

O aumento populacional de Maringá, por exemplo, que é uma cidade polo, chega à ordem de 10 por cento, em números redondos, por ano. É realmente uma percentagem fantástica de crescimento.

É um aumento populacional de todas as cidades centralizadoras do Paraná. É evidente que se o aumento de população ocorre nelas, pressupõe-se que nas cidades pequenas que estão sofrendo um esvaziamento populacional, evidentemente que nem todas elas, por uma série de fatores, supõe-se que isto ocorra.

É evidente que a Secretaria de Educação, através da FUNDEPAR, vai implantar 1.950 salas de aulas sem um planejamento, um levantamento criterioso que possa, inclusive, dar uma projeção das mutações que deverão ocorrer nos nossos índices populacionais municipais.

É lógico que nós iremos aumentar o colar de estabelecimentos de ensino que atualmente já são bastante ociosos no Estado. Evidente que não posso falar por todo o Paraná. Mas



Deputado Renato Bernardi, na região onde nós estamos com mais frequência, existem municípios que possuem sofisticados estabelecimentos escolares que já estão ociosos, servindo tão somente como "cartão de visitas" daquelas comunidades. Isto quando temos carência, e teremos muito mais, nas grandes cidades, principalmente na nossa cidade de Maringá que está aí com mais de cinco mil alunos que não podem e estão impossibilitados de estudarem porque a cidade não possui salas escolares suficientes.

Uma necessidade astronômica e quase que inacreditável que faz com que cheguemos a este número de 300 salas de aula, numa reivindicação apenas. E que V. Exa. vem comprovar que realmente não estamos exagerando, e atendendo e compreendendo na essência, o espírito de nossa matéria que visa aplaudir as nossas autoridades.

Mas levantar um problema realmente grave, V. Exa. estabelece um critério baseado evidentemente no conhecimento que tem de maringaense há tantos anos, que conhece a região como a palma de sua mão e mais do que isto, de homem ligado ao ensino, professor há tantos e tantos anos na cidade e região de Maringá. É isto, professor Renato Bernardi.

Acolho com muito prazer e alegria a emenda que propõe V. Exa.. Agradeço novamente o aparte e o apoio do ilustre Deputado maringaense Luiz Gabriel Sampaio e vamos fazer votos para que a Secretaria de Educação e a FUNDEPAR possam, realmente cuidar deste aspecto para que 1950 salas possam ser distribuídas criteriosamente, distribuídas dentro de um planejamento efetivo, sem a interferência política, do compadrismo mas, especificamente, que prevaleça a informação técnica na estruturação dessas quase duas mil salas de aulas.

Só lamento, Sr. Deputado, que eu devo anexar uma crítica, entristecido, que, dar, apenas, o automóvel, não resolve; é preciso, também, dar o combustível. É fundamental dar-se as salas, a rede física, as acomodações para que o ensino possa ser ministrado; mas, é vital que se tenha professores, professores suficientes e professores preparados. E, lamentavelmente, ontem, ficou aqui provado e comprovado que não se pretende fazer isto no Paraná. Faz com que a gente se preocupe a ter que contemplar amanhã, as salas ociosas, não por falta de alunos mas, por falta de professores.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de V. Exa.

e devo dizer, nobre Deputado Valter Pietrângelo, que é extremamente louvável a atitude de V. Exa. em se preocupar com assunto desta magnitude e desta importância. Mas, referindo-me às observações de V. Exa., devo dizer que quando V. Exa. afirma estar Maringá crescendo a 10 por cento ao ano, eu entendo que essas taxas devem estar abaixo, da realidade, porque Maringá como município, é uma coisa; Maringá como polo de uma área metropolitana, passa a assumir um caráter diverso. Assim por exemplo, a área conhecida como distrito do Sarandi, já pertencente ao município de Marialva, observou nesses últimos 4 anos, apenas no setor norte da sua área urbana, a existência de 16 loteamentos novos, feitos de afogadilho, sem qualquer planejamento, sem qualquer obediência ao que prevê a lei 58. Mas, Sr. Deputado, neste período de 4 anos, o sítio urbano do distrito do Sarandi, cresceu em 430 por cento. E, a rede escolar daquele distrito, foi aumentada em apenas 4 salas de aula.

Hoje, vivem na sede urbana do distrito do Sarandi cerca de 16.500 pessoas e toda esta população de 16.500 pessoas, sem contar o seu chamado anel verde, a área suburbana constituída de pequenas chácaras, toda essa população deve se servir das 8 salas de aulas, na parte antiga do distrito e mais 4 salas implantadas no setor norte.

Evidentemente, uma violentação ao direito fundamental e básico das crianças que moram naquele distrito. Ainda mais, nós dizíamos na exposição do arrazoado da nossa emenda, que mil, trezentas e sessenta unidades residenciais estavam sendo instaladas na Estrada Borba Gato dentro do sistema habitacio-

nal financeiro.

3.500 unidades habitacionais estão sendo implantadas na Vila Cidade Nova; cerca de mil residências ou unidades residenciais, foram implantadas na zona 5, seja no Conjunto Panorama, seja no Conjunto Itamarati. Também pelo sistema habitacional financeiro. Além dos conjuntos habitacionais, tanto o Universitário como o Martin Afonso, totalizando seiscentas unidades hum; quatrocentas e cinquenta unidades dois. Mas, se de um lado o sistema habitacional financeiro, através do BNH e dos seus agentes oferece subsídios financeiros para implantação dessas unidades residenciais, não exige, em contrapartida do município que implante na área periférica ou na área adjacente a esses conjuntos habitacionais as unidades escolares necessárias para essa população nova.

É evidente que um Estado não é onipotente; que um Estado não é onipotente. E aqui vem, então, a terceira crítica que fazemos baseada no aparte de V. Exa. Os organismos do Estado do Paraná não têm funcionários, os prepostos, os chamados homens de confiança nomeados pelo famigerado comando político, merecendo a efetiva confiança do povo e da ciência política e social. Porque estes homens que representam um Governo de Estado no Interior, no afã de continuar sempre merecendo a confiança do seu comandante político; no afã de estar sempre merecendo a confiança do seu chefe aqui em Curitiba, seja o Secretário de Saúde, seja o Secretário da Educação, seja o Secretário da Segurança Pública, seja o Secretário do Planejamento, procuram poupar as autoridades estaduais dos devidos problemas que ocorrem no interior.

E quando a questão chega a Curitiba, já chega na forma de problema que estrangula, que ameaça a população como um todo naquilo que ela tem de mais vital, que é o seu campo psíquico-social. Assim ocorre na Inspeção Regional de Maringá e em tantas e tantas Inspeções, onde esses prepostos para continuarem merecendo a confiança dos homens públicos e dos comandantes políticos, para continuarem merecendo a confiança do Sr. Secretário da Educação, escondem os problemas, não apresentam as sugestões, esperando que com isso a Secretaria de Educação e Cultura aqui em Curitiba considere as suas áreas como áreas tranquilas, como áreas sossegadas. E, portanto, esses prepostos continuam a merecer aqui dos seus chefes, plena confiança, plena tranquilidade, para que, acima de tudo, eles possam continuar usufruindo status que a função de Inspetor Regional lhe dá.

É extremamente lamentável a situação que hoje está no Paraná, com o Estatuto do Magistério que ontem foi votado, impedindo a formação da carreira profissional através de concurso e que houvesse, entre os professores a devida liberdade profissional de apresentar os problemas, apresentar as sugestões e discutir em termos de liberdade, em termos de igualdade, mas, acima de tudo em termos de racionalidade objetiva com os seus superiores os problemas que afligem o nosso interior.

Evitando-se a lista tríplice nós teremos sempre nas direções dos estabelecimentos pessoas que, entre o "status" que usufruem e a fria realidade paranaense, preferem usufruir o "status", sacrificando o futuro da atual geração. E só Deus é quem sabe e nós apenas podemos antever e prever qual será o quadro sócio-cultural do Paraná com a má aplicação da Lei 5.692 e com este Estatuto que aí está, votado a partir de ontem e, portanto em vigor a partir de hoje.

Encaminho, Sr. Presidente, esta emenda aditiva, para que seja incorporada ao requerimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo, e para que o Sr. Secretário de Educação e Cultura do Estado do Paraná, e para que o Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR entenda como uma colaboração exatamente dentro daquilo que o Deputado Valter Pietrângelo pede: objetividade, criteriosidade na planificação, na implantação das unidades escolares. E não devemos dar muita fé

aos prepostos dos homens do poder do Interior, infelizmente dentro do atual quadro funcional do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência comunica que ainda está em fase de discussão. V. Exa. quer encaminhar a votação?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência encerra a discussão e coloca em votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De maneira alguma, poderemos votar contra o requerimento em que sugere critérios e a emenda do nobre Deputado Renato Bernardi, em que propõe aquele número de salas para o município.

Isto vem ao encontro daquilo que S. Exa. o Governador do Estado pretende, que é de dotar o nosso Estado de maior número de salas de aulas, oferecendo um maior número de vagas. Mas a FUNDEPAR já tem um estudo, e creio que bastante criterioso, porque tem ouvido os Srs. Prefeitos de cada município, da situação em que se encontra, da necessidade de salas de aulas. E já existe uma programação de que oportunamente hoje, embora não seja representante de nenhum dos municípios mencionados, mas terei o prazer de solicitar ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR que forneça a programação nesses municípios, programação esta, já feita.

Por este motivo, se em nada contraria, e já é pensamento do Sr. Governador, de dar atendimento necessário, a cada município, nós votaremos favoráveis, porque com isso, somado a este esforço do Sr. Governador, ontem com o Estatuto do Magistério tão criticado, Estatuto este, que temos certeza, que tão logo saia a regulamentação, saia o quadro funcional, irá atender as reivindicações dos verdadeiros professores, daqueles que estão numa lei de classe, porque ontem o que se discutiu, nós verificamos, quando saímos daqui, professores que vinham falar em vencimentos, quando ontem, nós não discutimos vencimentos, discutimos sim, o Estatuto do Magistério. De forma que, com este Estatuto, com as salas de aulas programadas para este ano, o Paraná, haverá de bem atender o ensino do nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento, ressalvada a emenda. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — APROVADO.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda subscrita pelo Sr. Deputado Renato Bernardi, permaneçam como estão. — APROVADA.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, composta de cinco Srs. Deputados, para apurar denúncias de violência policial, no município de Palmital. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo palavra para discutir, ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão ontem, quando da votação e discussão do requerimento do eminente Deputado Trajano Bastos, pedimos para discutí-lo na sessão de hoje.

Pretendemos, desta tribuna, um diálogo se possível, com o eminente Deputado autor do requerimento. Porque entendemos, que no município de Palmital, não reina absolutamente, qualquer clima de violência da parte policial.

Tenho para mim, que o Sr. Deputado líder do Movimento Democrático Brasileiro, a quem tanto prezo e que tenho na

conta de um dos melhores amigos daquela região, esteja mal informado.

Sr. Presidente, já tive a oportunidade de por 2 vezes, ou em dois pleitos eleitorais, disputar com este mesmo Deputado Trajano Bastos, a preferência dos eleitores daquela região. E sempre o fizemos, Sr. Presidente, com o mais alto espírito democrático. E tenho certeza absoluta que esse Deputado jamais foi, por qualquer companheiro meu, naquela região, atacado. E é por isso que, ao discutirmos o presente requerimento, pediríamos, ao ilustre Deputado Trajano Bastos, que fizesse o "jus em re" de dois anos a esta data, e, o que era aquele município? Por diversas vezes esse mesmo Deputado, em conversa informal comigo, me pedia que trocasse as autoridades de Palmital. E eu também que tinha interesse, porque tenho a representabilidade daquele município, me coloquei à disposição do ilustre Deputado Trajano Bastos. E realmente, tenho certeza, que trocamos para melhor. Porque lá está um Delegado cumpridor dos seus deveres; lá está um delegado que jamais lançou a mão no dinheiro alheio. Lá está um delegado honesto e coerente com os seus deveres. Porque, Sr. Deputado Trajano Bastos, já foram feitas duas sindicâncias, dentro de aproximadamente 30 dias em Palmital. E eu lhe direi que uma delas foi através da Secretaria de Segurança do Estado e a outra pelo Delegado da Circunscrição com sede em Guarapuava, Dr. Gil. E afirmo-lhe Deputado, que em nenhuma dessas sindicâncias, constatou-se qualquer irregularidade quanto ao Delegado e às Autoridades Policiais de Palmital. E é por isso que eu venho a esta tribuna, para dialogar, para pedir a V. Exa. de que não há necessidade para nova sindicância, através desta Casa de Leis. Porque é evidente que uma vez aprovado o requerimento de V. Exa., os Deputados componentes desta Comissão terão forçosamente que se deslocar a Palmital, e eu tenho certeza que trarão de lá, na conclusão desse inquérito parlamentar, as mesmas coisas, os mesmos resultados, dos outros que já foram realizados.

É por isso que pedimos a V. Exa., Deputado Trajano Bastos, que retire o requerimento de sua autoria e estarei ao seu inteiro dispor para, inclusive, em Palmital, juntamente com V. Exa., tratarmos do assunto. V. Exa. tem interesse, evidentemente, não só em Palmital, mas também em outros municípios que represento. V. Exa. defende ponto de vista diferente do meu. Mas, V. Exa. também merece, deste Deputado, o melhor acolhimento porque vem demonstrando que sempre está ao lado daquela gente.

Proponho a V. Exa. somarmos nossos esforços para cuidarmos daquela gente de Palmital. Porque, tenho certeza que V. Exa. está mal informado. E se deslocar àquela cidade, se for, para lá amanhã, voltará com outro pensamento, com outra idéia. Porque, seus verdadeiros companheiros, os verdadeiros emedebistas de Palmital, não assinam o texto, porque os conheço muito bem, porque são também meus amigos.

Permita-me, nobre Deputado, não dizer o nome, mas sei quem foi o idealizador dessa idéia. V. Exa. tomou essa atitude tão somente para atender a uma pessoa em Palmital. E não é justo que esse elemento seja o causador de um inquérito parlamentar, naquela cidade.

Solicito a V. Exa. que se desloque até Palmital que é também município de V. Exa., pois que lá V. Exa. obteve quase dois mil votos quando de sua eleição.

Vamos até lá, nobre Deputado, e na volta, talvez esteja ao lado de V. Exa. e votarei a favor de outro requerimento que V. Exa. apresentar nesse sentido.

Apelo a V. Exa., nobre Deputado, retire o requerimento de sua autoria.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Para discutir). — Sr. Presidente,

Srs. Deputados.

Quero inicialmente, agradecer ao ilustre Deputado Jurandir Messias as referências elogiosas que fez a meu respeito que, com toda a certeza, são frutos de sua generosidade, de sua amizade.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não posso, não devo atender ao apelo de que vale este Sr. Deputado no sentido de retirar esta proposição.

E direi aos Srs. porque não o faço.

Tem razão o Sr. Deputado Jurandir Messias quando afirma que carreei nas últimas eleições daquele progressista município aproximadamente dois mil votos. É verdade.

E é por isto mesmo, por esta razão, que me vejo na obrigação de defender, desta tribuna, os interesses do novo Palmital. Realmente represento com muita honra para mim, juntamente com o Deputado Jurandir Messias, o município de Palmital.

Durante as tantas vezes que tive o prazer de visitar Palmital, sempre me era trazido ao conhecimento de que irregularidades policiais aconteciam naquele município, o município de Palmital, município progressista, município de gente ordeira e que ama o trabalho e ama a sua terra, que ali tem sua família, que ali trabalha, que ali contribui, e que tem o direito de reclamar uma melhor segurança para seu povo.

Diz o ilustre Deputado Jurandir Messias que a minha proposição era motivada para atender tão somente uma pessoa. Não é verdade, não é só uma pessoa. E, mesmo que fosse só uma, a obrigação deste Deputado como representante daquela região e daquele povo, era trazer a público estas irregularidades.

Devo adiantar a V. Exa. que a medida que tomei em propor a este Plenário a formação de uma Comissão Especial, para averiguar denúncias de violência policial em Palmital, e se uso deste expediente que é regimental e tenho direito, foi depois de esgotar todos os caminhos para resolver esta situação.

Há dias passados, Srs. Deputados, o farmacêutico de Palmital, o Sr. João Secura sofreu violência policial. Foi Preso ilegalmente e, como se isto não bastasse, a sua esposa que comparecera à Delegacia para saber porque o marido estava preso, foi também agredida.

Pergunto-me, pergunto a V. Exa. não seria já motivo de sobra para que este Deputado levantasse este problema nesta Assembléia?

O atual Delegado de Palmital foi denunciado no inquérito e acusado, ele e mais alguns de seus policiais daquela Delegacia, da morte do ex-delegado. O atual, em uma patrulha que fazia na zona do meretrício de Palmital, pretendeu desarmar o delegado que havia sido destituído, o Sr. João Gomes. Não sei porque razão travou-se ali um verdadeiro tiroteio em cujo incidente perdeu a vida o ex-delegado e mais dois filhos seus e, o atual, saiu ferido.

No que diz respeito à prisão ilegal, do Sr. João Secura, o próprio delegado, o atual, declarou, por ocasião da prisão ilegal que seus soldados haviam feito de João Secura, o seguinte, quando foi reclamada a liberdade daquele cidadão cujo passado é de todos conhecido em Palmital. Disse o Sr. Delegado — Eu, por mim, solto pois nada tenho contra ele; porém a prisão do mesmo é por ordem do Prefeito Municipal Israel Martins. Delegado arbitrário, delegado despersonalizado, porque além de praticar atos ilegais, ainda confessa que assim procedera por ordem de um chefe político. E, as afirmações que aqui trago, Srs. Deputados, estão contidas no laudo de exame de lesões corporais sofridas por João Secura e sua esposa.

Mas, como se isto não bastasse, como se isto não bastasse, tenho em mãos o óbito 052, lavrado pelo escrivão distrital da comarca de Palmital, ao qual pertence o distrito de Palmital, que assenta o falecimento de João Maria Cardoso, que, segundo informações obtidas, teria sido assassinado pela polícia de

Palmital da forma mais cruel e mais violenta. este óbito dá como causa da morte, anúria, insuficiência renal e choque traumático por espancamento.

Pergunto, Sr. Presidente; pergunto, Srs. Deputados — poderia alguém calar diante de tal barbaridade? Fato esse que comuniquei, pessoalmente a S. Exa., o Sr. Secretário de Segurança e reclamei daquela autoridade providências que, até agora, não foram tomadas.

Preciso saber ainda se este crime que ultrajou Maria Cardoso, foi aberto inquérito policial devido, ou eu suponho que tenha sido aberto.

Por estas razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, revoltado até, triste por ter que usar desta tribuna para trazer ao conhecimento do meu Estado violência desta ordem. E diante de tudo isso me pede o meu ilustre companheiro, o meu ilustre colega, Deputado e amigo, Deputado Jurandir Messias para que eu me cale, para que eu retire o meu requerimento. Não devo e não posso e apelo para a consciência dos Srs. Deputados que decidirão sobre a matéria, para que dêem a oportunidade de uma Comissão composta de cinco Srs. Deputados, isentos de qualquer interesse político na região, averiguar se verdadeiras ou não as denúncias que este Deputado traz a Plenário.

O município de Palmital, gente brava e ordeira, gente brava e sofrida, porque paira sobre aquele município tão progressista, uma das questões de terras mais vergonhosas deste Estado. E talvez esteja aí o início da insegurança que reina naquele município. Várias vezes bradamos, várias vezes reclamamos das autoridades competentes para que tomem uma medida definitiva e que devolvam àquela gente sofrida e humilde a tranquilidade que eles necessitam para trabalhar e produzir.

Talvez essa via que proponho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do relatório que esta Comissão possa apresentar, venha a sensibilizar o Sr. Secretário de Segurança Pública deste Estado. Porque com a denúncia que fiz pessoalmente a S. Exa., ele não se sensibilizou. É necessário que se esclareça este fato e tenho certeza que o próprio Deputado Jurandir Messias, que detém o comando político naquela região, deverá ser o maior interessado para que se esclareça definitivamente e se adotem, as providências necessárias com respeito ao caso.

Tenho visitado Palmital, independentemente da recomendação que me faz o ilustre colega. E, por isso mesmo tenho sentido e senti até pessoalmente a insegurança que reina naquele município, porque por ocasião de um comício que realizávamos em Palmital fomos alertados por companheiros nossos, de que um jagunço que atende pelo nome de Jorge Delgado havia prometido atentar contra a vida deste Deputado e contra a vida do ex-Prefeito Nivaldo Krieger.

Este criminoso, este assassino que vive a atemorizar os humildes de Palmital, está com uma preventiva decretada, mas esta escondido lá em Palmital, saindo do seu esconderijo somente à noite, e com o conhecimento da Polícia daquele município.

Perguntaria então, merece o povo de Palmital a intranquilidade que reina naquele município, como consequência da falta da autoridade policial competente? A resposta ficará com a consciência de V. Exa.

Tem o aparte o Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado Trajano Bastos, eu queria aproveitando o aparte que V. Exa. me concede, para situá-lo melhor e também para confirmar aquilo que eu dizia há pouco nesta tribuna, que V. Exa. está mal informado quando afirmou que o jagunço de Andrade, tinha a prisão preventiva decretada e que se achava nos esconderijos de Palmital. Afirmando que V. Exa. está mal informado e lhe convindo neste instante, assim que termine esta sessão, a usar do meu telefone, do meu gabinete, para telefonarmos à Delegacia de Pitanga, quando V. Exa. falará pessoalmente com o jagunço Jorge de Andrade que se encontra preso naquela Delegacia, Sr. Deputado Trajano Bastos. Então V. Exa. está mesmo mal informado.

O SR. TRAJANO BASTOS — V. Exa. me pede o impossível.

Primeiro, porque não faria o que V. Exa. me pede.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. está querendo dizer que eu não estou falando a verdade, Sr. Trajano Bastos?

V. Exa. tem que entender que não é só aquilo que V. Exa. pretende, que é a verdade. Eu estou dizendo que Jorge de Andrade, que eu não considero jagunço mas sim um criminoso, é verdade, encontra-se na Delegacia Regional do meu município de origem, em Pitanga, Sr. Deputado.

O SR. TRAJANO BASTOS — V. Exa. me pede o impossível, eu jamais falaria com esse assassino.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. duvida que ele esteja preso?

O SR. TRAJANO BASTOS — Não duvido porque é V. Exa. quem afirma. Mas, mais uma razão ainda para V. Exa. apoiar o meu requerimento. Vamos dar oportunidade de provar que o que eu estou dizendo, não é verdade. Vamos provar, é a oportunidade que V. Exa. poderá dar a este Deputado mal informado. Só que V. Exa. não me disse desde quando está preso. Porque quando eu relatei o fato, V. Exa. duvidou. Esse assassino e jagunço já havia cometido vários crimes em Palmital e desfrutava então, com muito mais seriedade, da liberdade, naquela época.

E o fato de que ele é assassino, é criminoso, é de conhecimento da autoridade policial de Palmital.

O SR. JURANDIR MESSIAS — É verdade que é um assassino, é um criminoso, mas, não é menos verdade, Sr. Deputado, que já se encontra preso.

O SR. TRAJANO BASTOS — Não deixa de ser uma providência.

O SR. JURANDIR MESSIAS — E por esta mesma autoridade que V. Exa. vem hoje atacar violentamente desta tribuna.

O SR. TRAJANO BASTOS — Atacar a quem, nobre Deputado? Ao eminente homem público Jorge Delgado?

O SR. JURANDIR MESSIAS — As autoridades. As autoridades que V. Exa. está atacando da tribuna.

O SR. TRAJANO BASTOS — Isso é o entendimento de V. Exa. V. Exa. tem oportunidade, ilustre Deputado Jurandir Messias, como comandante político de Palmital, Pitanga e adjacências, para proporcionar que a verdade venha à tona.

Nada mais peço, nada mais proponho, do que admitir que a verdade seja levantada. Não posso crer que V. Exa. seja contra que se estabeleça a verdade definitivamente.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu mantenho o meu requerimento que está sujeito à deliberação deste Plenário.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Trajano Bastos, tomo a liberdade de me intrometer no seu pronunciamento...

O SR. TRAJANO BASTOS — V. Exa. me honra com seu aparte, nobre Deputado.

O SR. ACCIOLY NETO — ... para dizer em face do que já foi relatado por V. Exa. que a cidade de Curitiba não é mais feliz do que a de Palmital, no que respeita a segurança de cada pessoa que aqui vive e trabalha.

Aliás, Sr. Deputado, nós estamos vivendo em nosso Estado, de uma forma geral, uma situação inequivocamente contraditória no que respeita a um dos postulados fundamentais da Revolução de março e que hoje completa 13 anos.

A ninguém é desconhecido o fato de que a Revolução se fez e é baseada em dois polos distintos entre si. Mas que se entrelaçam: a saber, o Desenvolvimento e a Segurança.

De Castelo Branco ao eminente Presidente Ernesto Geisel, sistematicamente temos ouvido apelo a que todos nós desenvolvamos as nossas ações no sentido de assegurar o desenvolvimento de nosso País na mesma medida em que se preserve a segurança.

Todavia, Sr. Deputado, parece que os eminentes líderes da Revolução não têm sido bem entendidos no que respeita a segurança. Reporto-me apenas a este tema, porque ele é que está sendo focado. Quando se fala em segurança, a referência não é exclusivamente para a segurança do Estado, como um ente jurídico. A segurança a que alude a liderança da Revolução e nós todos por isso somos responsáveis, tanto que está escrito no preceito constitucional, "toda pessoa natural ou física é responsável pela Segurança Nacional". Entre outros, é da soma de individualidades que constitui o Estado."

É desta segurança que fala a Nação brasileira, pelas suas mais ilustradas lideranças. É a segurança minha e de V. Exa., do operário, do estudante do professor, de cada um, enfim que vive na Nação brasileira. Porque no exato momento em que nós tivermos a segurança individual, o Estado brasileiro, poderá afirmar que é um Estado pleno de segurança e que não corre portanto, nenhum risco.

Mas veja V. Exa. que aqui em Curitiba, nós não temos nenhuma segurança. Antes de aqui chegar hoje, para participar da sessão plenária, fui fazer uma visita de solidariedade, Sr. Deputado, a um dos mais eminentes professores de Direito Penal aqui do nosso Estado. O respeitável e festejado professor Eros do Nascimento Gradowski e a solidariedade que lhe fui levar não foi apenas ao homem ferido, mas fui levar minha solidariedade para dizer-lhe que ela compreende a oferta de segurança que ele não teve pelo organismo encarregado daquele mister, em nosso Estado.

Quero dizer, a V. Exa., Sr. Deputado que esse eminente professor, por volta de 22 horas, de ontem, quando se encontrava em sua residência, foi, de repente, obrigado a sair em desabalada corrida para o jardim de sua residência, a fim de atender a filha e o noivo que estavam sendo horrivelmente massacrados por 3 indivíduos. E ao tentar, juntamente com o filho, fazer a defesa dos outros dois, acabou sendo ele baleado. E não satisfeitos os algozes, ainda o agrediram em plena face, com o cabo do revólver. E ele, está hoje em sua residência, com a face modificada, correndo sério risco, porque, pelos exames realizados, há possibilidade de sofrer uma fratura de seu crânio. Isso aconteceu na Rua Gutemberg, no alto da Avenida Vicente Machado, atrás do Hospital Militar, ao lado da casa do Comandante da AB 5a., que é guardada por dois soldados do Exército.

É esta Curitiba que vivemos, hoje, Sr. Deputado, que nos obriga a andar pelas ruas, ao chegar em algum lugar e ter sempre a preocupação de defesa. Porque, de um momento para outro, cada um de nós poderá ser alvo de uma agressão física, além de perder qualquer bem material que, proventura possua.

Não existe, em nosso País, não obstante seja regra do Código do Processo Penal, a chamada Polícia Administrativa, a quem incumbe a realização do policiamento ostensivo e preventivo, como se vê fartamente, em outras nações.

Onde está o sistema policial que, até hoje, deixa à solta, 3 facínoras, que, há menos de uma semana, de forma brutal, assassinaram duas pessoas e provocaram lesões corporais de natureza grave, em outra, apenas para obter o dinheiro que eles possuíam? E os autores desse crime, pela descrição que faz o professor Gradowski, são os mesmos que o agrediram.

Onde está o nosso sistema policial?

Que segurança tem a família curitibana?

Que segurança tem cada um de nós aqui dentro?

Eu ao sair, tarde da noite desta sessão, dirigi-me ao meu automóvel, estacionado no escuro, tive, Sr. Deputado, medo de que ali estivessem me esperando, com objetivo de me levar o automóvel. Mas, sabemos de antemão, que não poderia ser só automóvel, porque, para eles a vida humana pouco vale.

Mas, se não temos a Polícia Administrativa, temos que reconhecer que não temos a chamada Polícia Judiciária, também prevista no Estatuto Processual Penal, aquela a quem cabe realizar o policiamento repressivo, isto é, aquela que se verifica

depois de cometido o crime.

Então quando vejo V. Exa. reclamar de que no município de Palmital, na sua sede, a autoridade policial exorbita e chega até a cometer o crime de abuso de autoridade, eu fico perplexo a me perguntar, e com justa razão, que País é este, Sr. Deputado?

O SR. TRAJANO BASTOS — Nobre Deputado Accioly Neto.

O brilhantismo do aparte de V. Exa. e a profundidade com que aborda o assunto, honra, dignifica, enaltece e credencia a figura do Parlamentar honrado, digno que é V. Exa.

Veja ilustre Deputado Accioly Neto, que quando a violência é iniciativa de marginais, o homem de bem se revolta. Imagine V. Exa. quando a violência é de iniciativa daquele cuja responsabilidade é exatamente promover a segurança do cidadão. É o que aconteceu em Palmital. As violências sofridas por João Cardoso, por João Secura e tantos outros cidadãos daquele município, que não denunciavam as violências porque têm medo, medo da vinda policial. É o caso de se perguntar. V. Exa. tem razão. Que País é este?

Talvez seja o País do Francelino. Veja V. Exa. Deputado Accioly Neto e Srs. Deputados, que quando João Secura era conduzido à prisão, e quando recebeu o convite dos policiais para comparecer à Delegacia, este cidadão, ingenuamente, ofereceu aos policiais carona no seu carro. Foi aí que ele errou. Porque durante o caminho é que foi agredido. O policial que estava sentado no banco traseiro do seu carro lhe desferiu uma tremenda coronhada na altura do pavilhão auricular. E como se tudo isto não bastasse, a esposa deste cidadão foi agredida por policiais de Palmital e recolhida à prisão.

Por ordem de quem?

Do ex-Prefeito de Palmital, o Sr. Israel Martins, Senhor de todas as terras, "chefete" político, analfabeto, despreparado, prepotente, usou do despreparo e da arbitrariedade de um analfabeto e ignorante Delegado de Polícia para fazer valer o seu desejo, no que foi atendido.

Devo dizer ainda a V. Exa. que João Cardoso, quando recebeu as violências dos policiais, que vieram causar a sua morte, estava embriagado. Os termos técnicos do óbito, talvez, não expressem a barbaridade do crime. Esse homem morreu por anúria, insuficiência renal, de tanto ser chutado; foi morto a coice e, ainda me pedem para que eu me cale.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Encerrada a discussão, em votação, o requerimento.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, para encaminhar

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendíamos voltar à tribuna para, novamente, rebater as acusações do Deputado Trajano Bastos.

Mas, foram tantas as inverdades que obrigou a este Deputado voltar à tribuna. E volto à tribuna, Sr. Presidente, para deixar bem clara a posição do Partido a que pertence o Deputado Trajano Bastos, quando se referiu à questão de terras daquele município. Realmente, em 1973, o Paraná, através dos jornais, das televisões, teve conhecimento da maior chacina já realizada, foi quando num só dia, Sr. Presidente, se cometeram 5 assassinatos. Foi, justamente, quando o extinto e famigerado Dr. Pinheiro um falso e pretense defensor daquele povo que ocupava aquela terra que se encontrava "sob judici" na comarca de Pitanga, levou o tormento e a desgraça àquela região. E, foi através deste mesmo Dr. Pinheiro que se procurou, através dos menos avisados, se firmar alguma coisa que desse a eles, ocupantes daquelas terras, um direito de possuí-las através do INCRA. Mas, Dr. Pinheiro, a intenção dele não era outra, senão, a de tomar, a de roubar o dinheiro dos menos avisados e, foi através de um sindicato "fajuto", por ele inventado, que

começou a se formar o Movimento Democrático Brasileiro naquele município, porque até então, Sr. Presidente, não existia em Palmital, crime de tamanha monta.

Mas de lá para cá, quando elementos do MDB, que me perdôe a sua bancada, procuraram defender aquele mesmo indivíduo, o Dr. Pinheiro, formou-se o primeiro Diretório em Palmital. E foi através desse Diretório do MDB que começou a penetrar por todos os cantos daquele município a desordem, porque aqueles assassinos, de 1973, foram e eu provo, Sr. Presidente, escondidos, por elementos da confiança exclusiva do Deputado Trajano Bastos.

E hoje o Deputado Trajano Bastos vem a esta tribuna dizer que o Delegado de Palmital é um famigerado; famigerados são aqueles elementos que em 1973, deram toda guarida e toda cobertura aos verdadeiros assassinos que até hoje se encontram impunes. E que não há muito tempo se encontravam sob a guarida de elementos do MDB de Palmital.

Não era minha vontade, Sr. Presidente, trazer isto a público, mas me obrigou assim o Sr. Deputado Trajano Bastos. João Secura, Sr. Presidente, é justamente a pessoa a qual eu me referia, quando discutia este requerimento. Mas o Deputado Trajano Bastos só conta uma versão, só conta o lado que lhe favorece. É preciso, Deputado Trajano Bastos que quando se ocupe esta tribuna fale-se realmente a verdade, aquilo que existiu e que está existindo. V. Exa. não vai me desmentir que João Secura era elemento do meu Partido e que disputando uma convenção democrática da qual eu participei, não consegui os votos suficientes para uma legenda, para concorrer ao pleito de Prefeito Municipal de Palmital.

E em seguida, Sr. Presidente, virou as costas e disse: Vou procurar o MDB e vou fazer a campanha do MDB. E Este elemento realmente assim o fez. Mas o fez para tumultuar a nossa política e a política do MDB em Palmital, colocando em seus veículos o serviço de autofalantes e usando-os para difamar as autoridades e os nossos companheiros da Arena. E que se diga de passagem, obtivemos a maior vitória até hoje naquele município, com mais de 1.500 votos no município onde votaram 5.800 eleitores.

Se realmente a polícia age da maneira como entende o Deputado Trajano Bastos, nós não teríamos obtido tamanha vitória, porque é justamente onde o povo tem o direito de manifestar a sua repulsa, é através do voto, porque, ele é secreto.

E se assim o fosse, se aquele povo estivesse insatisfeito, eles compareceriam nas urnas votando secretamente contra os nossos candidatos. V. Exa. reclamou desta tribuna que fez diversas denúncias inclusive à Secretaria de Segurança e que não foi atendido.

V. Exa. também não falou a verdade, porque eu afirmava que a Secretaria de Segurança fez uma sindicância sigilosa inclusive, para que nela não houvesse interferência política, e que a Delegacia Regional de Guarapuava também assim procedeu. E que nada se constatou.

Sr. Presidente, desde 1975, que temos a honra e a satisfação de representar aquela gente de Palmital, nesta Casa de Leis. E eu pergunto ao ilustre Deputado Trajano Bastos, o que conseguimos levar a Palmital? Realmente, o povo de Palmital é um povo ordeiro e um povo trabalhador, e é por isso que eu o defendo, desta tribuna. Nós levamos inclusive - para o conhecimento dos Srs. Deputados - até uma escola de segundo grau para aquela gente; nós levamos ginásio, em distritos, nós levamos novos grupos escolares em todos os distritos, em todos os bairros e em todas as áreas. Nós procuramos dotar Palmital de melhor possível, com a nossa representatividade.

E é por isso que hoje Palmital já evoluiu, porque Palmital, chorava, Palmital chamava por melhores dias.

Ao invés do Deputado Trajano Bastos vir a esta tribuna para usá-la em benefício da população, para vir aqui trazer requerimentos, projetos que atendam a necessidade de Palmital, V. Exa.



vem, isto sim, é procurar cada vez mais, tumultuar Palmital. E nós não concordamos absolutamente com isto.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) — A Mesa comunica ao ilustre Deputado que se encontra na tribuna, que tem mais um minuto para concluir a sua oração.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Concluirei já, Sr. Presidente.

É verdade, Sr. Presidente, que Jorge de Andrade é um assassino. Mas também não é menos verdade que este assassino já se encontra preso, à disposição das autoridades competentes da Delegacia de Pitanga. Mas, o Deputado Trajano Bastos, quando dizia também, que a Polícia assassinou covardemente o Sr. João Maria Cardoso, não disse das razões. Mas, eu as direi, Sr. Presidente: Porque quando em uma dessas costumeiras revistas que se fazem no interior e talvez, até nas capitais, quando a polícia delicadamente, pedindo até licença, procurou fazer uma revista em João Maria Cardoso, foi violentamente agredida por este indivíduo. E não precisa dizer, Sr. Presidente, que a resposta da polícia foi imediata. E nem poderia ser outra. Porque se o que se estava fazendo era uma revista que já se tinha feito nos demais que se encontravam presentes, o Sr. João Maria Cardoso também assim deveria proceder. E esta foi a razão da sua morte, que não foi trazida, a verdade, pelo Sr. Deputado Trajano Bastos.

Obrigado. — (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, para encaminhar a votação.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs Deputados.

O requerimento do eminente Deputado Trajano Bastos é simples e objetivo. Contém-se em apenas 6 linhas.

Pede o nobre líder do MDB a constituição de uma Comissão especial, de 5 Deputados, para apurar denúncias de violência policial, no município de Palmital, neste Estado.

Uma Comissão Especial, investiga; uma Comissão Especial, ouve, uma Comissão Especial apresentará, portanto, as suas conclusões. E em obedecendo a praxe dos parlamentos em que a maioria que o compõe será também maioria nas comissões, temos que a majoritária bancada da Arena, a que pertence o ilustre Deputado Jurandir Messias, também será majoritária nesta Comissão Especial.

Não sei porque então, o temor pela constituição de uma Comissão Especial, para que se investigue denúncias de violência policial. A polícia investiga; porque a polícia tem que ser investigada: as denúncias existem, e fatos escabrosos foram apresentados nesta tribuna por um deputado cuja palavra merece o respeito; se não a sua palavra, os documentos, que foram trazidos.

Eis porque me surpreende que um deputado pacato, como o Deputado Jurandir Messias, tenha se oposto à aprovação dessa Comissão Especial. Aliás, o Deputado Jurandir Messias tem conhecimento e aqui confessou, de que o município de Palmital, em vitrude dos problemas de terra ali existentes, padecem de conflitos e transformou-se numa região conturbada.

Pode negar validade ao depoimento do Deputado Trajano Bastos, como o Deputado Trajano Bastos pode negar validade ao depoimento do Deputado Jurandir Messias. Mas, se o Deputado Jurandir Messias pretende trazer a verdade, não será aqui, nesta hora, que ela se fará. Até sugeriria que a Comissão Especial a se constituir, já devia arrolar, como primeira testemunha, o Deputado Jurandir Messias, para depor sob compromisso legal.

Acho que o Deputado Jurandir Messias, agora mais acalmado, já agora com o sangue desaparecido da face, compreenderá e não terá porquê justificar, perante o Paraná, sobretudo perante Palmital, porque veio aqui se recusar se investigasse a polícia daquele município.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Isso já foi feito.

O SR. OSVALDO MACEDO — E por que esta Assembléia

não o faz? Ou acreditamos nas palavras do Sr. Deputado Jurandir Messias, ou ele nega, a esta Assembléia, o direito de ter conhecimento que ele julga ter. Basta que o Deputado Jurandir Messias conheça tudo para que todos fiquemos cientes? Não.

Com todo o respeito que devoto a V. Exa., não posso crer que V. Exa. queira que aceitemos a sua palavra como definitiva e verdadeira, e que se negue a esta Casa, o poder que ela tem de investigar denúncias.

Eis porque, Sr. Deputado, creio que V. Exa. poderá ter a solidariedade de sua bancada, creio até que possam haver expedientes para que não haja quorum para a deliberação de hoje. Mas, se V. Exa. assim proceder, ficará devendo, a Palmital, à população de Palmital, e a cada um cidadão de Palmital, não importa a que partido pertença, a investigação sobre as denúncias de barbaridades policiais.

Enquanto houver um homem sem segurança, todos os homens estarão sem segurança.

Enquanto houver um homem com seu direito prejudicado, todos os homens terão seus direitos prejudicados.

Portanto, apelo ao ilustre Deputado Jurandir Messias, que um dia já fez parte de uma Comissão Especial — que infelizmente, não funcionou — para investigar problemas de terras no próprio município de Palmital, aja hoje como agiu daquela feita, e contribua para que aqui se constitua essa Comissão, ora requerida.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Continua em discussão O SR. VALTER PIETRÂNGELO (Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não somente as atividades desastrosas dos policiais de Palmital precisam ser analisadas, mas, quase todas as delegacias do Estado.

A de Maringá, por exemplo, onde estão acontecendo, fatos desastrosos, mas não com as características desses crimes de Palmital, que poderão, ou não, serem comprovados. E por isso que se propõe a matéria. Mas, os desmandos da polícia maringense, lamentavelmente conduzida pelo Sr. Delegado Durval Teixeira, onde estão ocorrendo barbaridades daquelas bem cabeludas.

Mas, Sr. Presidente, o Deputado Jurandir Messias falou sobre o MDB, sobre a Arena, mas a realidade é que o companheiro João Secura, não teve o mesmo privilégio do eminente Deputado, que, inclusive, me parece, foi candidato pelo MDB, lá em Pitanga. A sorte é que o Deputado Jurandir Messias saiu do MDB para entrar na Arena. E aí está, todo saudável, corado, cheio de vida. Lamentavelmente, o companheiro João Secura, deixou a Arena, e, corajosamente, ingressou na Oposição, e está aí arreventado, massacrado pela violência de policiais desalmados, incompetentes, grotescos. Aliás, Sr. Presidente, o Deputado Jurandir Messias tem razão num ponto. Acho que o azar do companheiro João Secura foi realmente ter virado as costas para a Arena. E a Arena não perdeu tempo, Sr. Presidente.

Mas retornando ao objetivo do requerimento, Sr. Presidente, nós entendemos que, justamente pela divergência de opiniões entre o Deputado Messias e o Deputado Trajano Bastos, nosso líder nesta Casa, há necessidade de se estabelecer a verdade.

E por esta razão se justifica plenamente a formação de uma Comissão competente que possa averiguar realmente os problemas ocorridos, apurar responsabilidades.

Não obstante, Sr. Presidente, o problema é de segurança. No Brasil, e principalmente, no Paraná. É uma coisa que hoje se constitui num emaranhado indestrinchável.

Veja V. Exa. que este Deputado esteve há algum tempo dialogando com o Sr. Secretário de Segurança, falando da falta de segurança que reina nas nossas comunidades e ele profundamente frustrado, me disse:



— Deputado o problema de diminuição de criminalidade é insolúvel.

O Secretário de Segurança entende que só religião, Sr. Presidente, é que vai solucionar este problema.

Só a religião é que vai solucionar os nossos problemas de segurança, observando que o Deputado Accioly Neto denunciou o fato realmente trágico, estarrecedor.

Mas será possível que somente a religião, Sr. Deputado?

Mas, Deputado Jurandir Messias, o seu pronunciamento veio exatamente demonstrar a necessidade que se tem de se estabelecer a verdade.

De se buscar fatos.

De apontar responsáveis.

Peço que V. Exa. vote também favoravelmente a esta matéria para que esta Casa possa contribuir com este problema não enigmático de segurança.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados. (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Peço a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Aprovado o requerimento.

A Presidência fará uma verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Trajano Bastos, queiram levantar-se (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

11 Srs. Deputados aprovam e 7 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quorum para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para amanhã, dia 01 de abril, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 170/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### RESOLVE:

colocar, EMA ELY ATANASIO RUPP, matrícula 309, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial

de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), até 31 de janeiro de 1979.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 171/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

colocar, BELKIZ FERNANDES, matrícula 385, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição da Superintendência Regional da Receita Federal da 9a. Região Fiscal, até 31 de janeiro de 1979.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 172/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

colocar, ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA NETO, matrícula 094, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, até 31 de janeiro de 1979.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de março de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

**DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL**  
**BALANCETE DO MÊS DE MARÇO DE 1977**

<b>A T I V O</b>			
<b>DISPONÍVEL</b>			
Tesouraria		<u>2.897.872,91</u>	2.897.872,91
<b>EXECUÇÃO DA DESPESA</b>			
Venc. e Vantagens Fixas		9.972.887,60	
Desp. Variáveis com o P. Civil		5.282.806,12	
Material de Consumo		438.228,05	
Serviços de Terceiros		3.151.068,46	
Encargos Diversos		273.346,72	
Desp. de Exerc. Anteriores		8.246,00	
Subvenções Sociais		2.396.125,73	
Inativos		1.066.315,46	
Pensionistas		517.880,79	
Salário Família		134.832,44	
Contribuição da Previdência Social		127.902,77	
Equipamentos e Instalações		.o.	
Material Permanente		55.041,31	
Auxílio para Obras Públicas		<u>.o.</u>	23.424.681,45
<b>CONTAS PENDENTES</b>			
Despesas Diferidas			
	<b>SOMA – ATIVO</b>		<b>26.322.554,36</b>
<b>P A S S I V O</b>			
<b>LIBERAÇÃO DA SEX. DAS FINANÇAS</b>			
<b>PESSOAL</b>			
Ven. e Vantagens Fixas	10.020.000,00		
Desp. Variáveis com o P. Civil	5.480.000,00		
Inativos	1.068.000,00		
Pensionistas	520.000,00		
Salário Família	162.000,00		
Contribuição da Prev. Social	210.000,00	17.460.000,00	
<b>OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO</b>			
Material de Consumo	498.000,00		
Serviços de Terceiros	3.410.000,00		
Encargos Diversos	325.000,00		
Desp. de Exerc. Anteriores	50.000,00		
Subvenções Sociais	2.325.000,00	6.608.000,00	
<b>CAPITAL</b>			
Equipamentos e Instalações	165.000,00		
Material Permanente	315.000,00		
Exercício para Obras Públicas	.o.	480.000,00	24.548.000,00
<b>CREDORES</b>			
Despesas Empenhadas	1.086.159,92		
Despesas Processadas	153.570,76		
Folhas de Pagamento	257,48		
Consignações	9.984,25	1.249.972,41	
<b>RESTOS A PAGAR</b>			
Empenhados	418.561,09		
Processados – Credores	2.085,86		
Processados – Folhas de Pagamento	1.308,47	421.955,42	
<b>CONTAS PENDENTES</b>			
Outras Contas Pendentes	102.626,53	102.626,53	1.774.554,36

SOMA – PASSIVO

26.322.554,36

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, EM 11 DE MARÇO DE 1977.

CONTADOR GERAL

CH. DIVISÃO DE CONTABILIDADE

CH. SECÇÃO CONTABILIDADE